

SABER CIENTÍFICO E CORPOS FEMININOS: Quando Ignorância Se Transforma Em Epistemologia¹

SCIENTIFIC KNOWLEDGE AND FEMALE BODIES: When Ignorance Becomes Epistemology

Clarissa Mendes Gonçalves ²

PPGS - UFPE: <https://orcid.org/0000-0003-2003-2475>

DOI: [10.21680/1982-1662.2020v3n29ID22031](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n29ID22031)

Resumo

Durante o surgimento da ciência moderna, os estudiosos em um dado momento se debruçaram sobre um determinado objeto de estudo: o corpo feminino. Como estes corpos foram compreendidos e analisados neste percurso? Articulando as ferramentas analíticas da epistemologia da ignorância à epistemologia feminista, sob um olhar racializado, este artigo se propõe a discutir os meandros de um saber científico que se mostrou sistematicamente imperfeito. Os exemplos utilizados remontam ao surgimento da ginecologia e à descoberta do aparelho reprodutor feminino. Perceberemos como as mulheres negras e brancas foram compreendidas de formas diferentes, e mais do que isso: com consequências violentas. Percorrendo diferentes tempos e espaços, os reflexos podem ser sentidos até hoje no Brasil.

Palavras-chave: epistemologia. Feminismo. Ignorância. agnotologia.

Abstract:

Since the beginning of modern science, scholars at a given moment looked at a particular object of study: the female body. How were these bodies understood and analysed along these path? Articulating the analytical tools from the epistemology of ignorance to the feminist epistemology, under a racialized and decolonial look, this

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES) - Código de financiamento 001.

² E-mail: abelabarbosa@gmail.com

article aims to discuss the intricacies of scientific knowledge that has been shown to be systematically imperfect. The examples used date back to the emergence of gynecology and the discovery of the female reproductive system. We will see how white and black women were understood in different ways, and more than that: with violent consequences. Crossing time and space, reflections can be felt today in Brazil.

Keywords: epistemology; feminism; ignorance; agnotology.

Introdução: Quando a ignorância se transforma em epistemologia

Ser mulher, tornar-se mulher.

O que somos? E o que somos aos olhos da sociedade? A discussão ontológica sobre a condição feminina está presente desde os debates feministas mais tradicionais - cuja representação mais emblemática está na frase de Simone de Beauvoir. Enquanto escrevo essas linhas, uma infinidade de aspectos da condição de ser mulher me perpassam - desde a roupa que visto e a sobrancelha por fazer, até as inseguranças sobre a pertinência da minha escrita e da minha posição enquanto acadêmica, só para citar alguns exemplos bem corriqueiros. Outros tantos perpassam a minha pele: não apenas mulher, mas mulher branca³. Meus órgãos: mulher cisgênero. Num sentido mais amplo, ainda enquanto escrevo essas linhas, o significado e as consequências de ser mulher passam por uma acalorada disputa na esfera política. Menina veste azul? Existe ideologia de gênero? Se sim, qual é? Disputas que não se dão apenas num sentido “cultural”, mas nas violências que estamos suscetíveis a sofrer, nas limitações às nossas potencialidades - que se estendem ao plano institucional, aos direitos, às estatísticas de mortalidade. Mas não nos precipitemos. Complementar à indagação sobre o que somos, ou sobre o que significa ser mulher, segue-se a pergunta: como conhecer-nos? É

³ Será que realmente existe a categoria “apenas” mulher? Quando eu caminho pelo meu departamento, ou participo de seleções, eu sou aquela que tem “cara de inteligente”? E quando domino a escrita com uma intimidade facilitada desde a infância por certo pertencimento de classe? Quando eu abro a minha bolsa numa loja do shopping, a segurança me vigia atentamente? Será que eu estou mais próxima daquele arquétipo de mulher cujos namorados se orgulham de apresentar à família ou daquele que é fetichizado, mas cujas relações raramente levam a algo com mais profundidade afetiva? Tantos outros aspectos englobam a minha vivência no mundo: ser mulher cisgênero, ser mulher heterossexual. E atreladas a elas, considerando que não há uma experiência feminina monolítica, tantas questões pertinentes poderiam ser colocadas.

uma indagação que cabe não só a quem essa condição é estranha - mas também a nós mesmas.

Este artigo tem por objetivo discutir algumas articulações possíveis, ilustradas por exemplos concretos, entre a Epistemologia Feminista e a Agnotologia. Se a questão central de onde parte a epistemologia é: Como conhecer isto?, a Agnotologia, ou Epistemologia da Ignorância inverte o jogo e questiona: O que fica de fora desse conhecimento? Não se trata de uma pergunta inocentemente curiosa: nos termos em que Proctor (2008) propõe o conceito, ele deixa claro desde o início que a ignorância sobre algo é produzida culturalmente e tem suas próprias regras de operação, que devem ser investigadas. Essa definição, portanto, é mais complexa do que simplesmente o contrário de conhecimento. Assim, segue-se: quais são os mecanismos de produção sistemática e deliberada de ignorância e o que os motivaria?

Pensar sobre a produção da ignorância nos fornece um terreno fértil para refletir sobre o que o conhecimento poderia ter sido, mas não foi; ou deveria ser, mas não é. E nos retira da zona de conforto acerca daquilo tudo o que sabemos: por que sabemos isso e não aquilo? O que deixamos para trás? Mais do que sobre ausências e lacunas, ao falar de ignorância, fala-se também sobre algo que tem uma forma, uma história e uma geografia política e sexual - que com frequência se intersecciona com sistemas de opressão. Uma construção ativa (Nancy TUANA, 2008; PROCTOR, 2008).

O desconhecimento é um campo vasto, e é possível, inclusive, tipificá-lo. Proctor (2008), por exemplo, estabelece uma distinção entre aquele que se dá de forma passiva (omissão, lacuna); seletiva (por prioridades, ao focarmos nisso ao invés daquilo); ou ativa (por decisão estratégica, como é o caso de muitas empresas); há, também, a ignorância virtuosa, que se apresenta como resistência a um conhecimento indesejado ou perigoso (PROCTOR, 2006). Para os propósitos deste artigo, em meio à vastidão de desconhecimentos, focaremos em como eles podem ser reproduzidos através de um recorte de gênero.

A pergunta que a epistemologia feminista (HAMLIN, 2007) adiciona ao campo da construção de conhecimento é: Como o gênero influencia no conhecimento disto de forma a desfavorecer as mulheres e outros grupos subordinados? Articulando as duas vertentes em discussão aqui, proponho, inversamente, pensar - **Como os processos de produção de ignorância operam sob um recorte de gênero?**

Em outros termos, no que concerne à produção de ignorância com base em grupos,

também pode-se dizer que este se trata de um artigo sobre Ignorância Masculina. Na medida em que adotamos um olhar racializado para discutir este tema, pode-se falar também em uma articulação com a *Ignorância Branca*, nos termos em que Mills (2018) coloca⁴. Assim, embora a lente analítica deste artigo esteja voltada para o debate de gênero, a discussão racial, enquanto estruturante inseparável das relações sociais, permeará todo o debate. Há uma miríade de vertentes e pesquisas dentro dessas epistemologias aqui mencionadas, que serão abordadas num sentido amplo. Discutiremos aqui alguns de seus pressupostos básicos, identificando mecanismos que dialogam entre si, e apontando algumas reflexões que podem ser úteis para pensar a conjuntura atual.

Após uma breve discussão epistemológica, a análise será ilustrada por dois exemplos: Inicialmente, exploraremos o conhecimento construído pela ciência sobre o corpo e o prazer femininos, percebendo como estes foram tratados distintamente entre mulheres negras e brancas. Num segundo momento, observaremos como os reflexos dessa diferenciação chegaram até o Brasil, onde assumiu características próprias, associadas ao nosso contexto colonial. Refletiremos sobre a hipersexualização do corpo das mulheres negras ao longo da história, que ecoa sobre as violências que estamos suscetíveis a sofrer até os tempos atuais. Trataremos, portanto, de prazeres e dores, de ciência e história, e, em ambos os casos, da produção de injustiças epistêmicas.

A base de tudo: Epistemologia, Ignorância e Injustiça

Em linhas gerais, a epistemologia pode ser caracterizada como uma teoria do conhecimento que considera o que se pode conhecer e como, quem seria o sujeito cognoscente e através de que métodos algo poderia ser legitimado como conhecimento verdadeiro (BLAZQUEZ GRAF, et al, 2010; HAMLIN, 2007).

No curso do século XX, o debate epistemológico era norteado pela questão da demarcação do campo científico. Era um debate que procurava se manter e encontrar soluções tendo o racionalismo como mote central e definidor das fronteiras da ciência. As perguntas centrais circulavam em torno de: O que deveria ser considerado como ciência? Como seria possível avançar no sentido de um progresso científico? Que base

⁴ Para o autor, o termo se referiria à desvantagem cognitiva com base no pertencimento a um grupo social - neste caso, conectado à supremacia branca sobre os demais grupos raciais. O resultado dessa assimetria seriam injustiças epistêmicas, silenciamentos, ignorâncias intencionais, vieses cognitivos, entre outros.

empírica poderia dar sustentação a uma teoria a ponto de torná-la científica (DA COSTA e KIPNIS, 2014; DA SILVA, et. Al, 2018)?

O debate epistemológico dominante circulava em torno da “Batalha dos Grandes Sistemas”. Teóricos de tendências positivistas e popperianos, que praticamente fundaram a filosofia da ciência moderna e acadêmica, eram então dominantes. A partir dos anos 1960 e 1970, estes passaram a ser questionados por uma concepção historicista da racionalidade científica, de onde emergiram nomes como Kuhn, Lakatos, Feyerabend, Laudan, referências até hoje dentro do campo (NICKLES, 2020).

No entanto, as perguntas que permeavam o debate não pareciam suficientes. Se a epistemologia é a ciência da aquisição de conhecimento, assim como dos temas, paradigmas e métodos pertinentes para tanto, algumas perguntas merecem atenção: “Quem define as perguntas que merecem ser feitas? Quem as pergunta? Quem as explica? Para quem as respostas são direcionadas?” (Grada KILOMBA, 2018:54).

Desde os anos 1970, a teoria feminista tem fornecido algumas respostas interessantes a algumas dessas perguntas - apontado críticas à ciência canônica, alertando para os perigos da supergeneralização e sugerindo que os valores, experiências, objetivos e interpretações dos grupos dominantes dizem respeito a estes grupos e não à humanidade como um todo (HAMLIN, 2007). Foi daí que surgiu o que se convencionou chamar de **Epistemologia Feminista**, que, dentro de sua pluralidade de vertentes e teorias, tem como mote comum o estudo da maneira pelas quais o gênero influencia e deve influenciar nossas concepções de conhecimento, de sujeito cognoscente e as práticas de investigação e justificação (ANDERSON, 2020). Dentro deste campo, Sandra Harding (1986) identifica três abordagens principais, que fornecem respostas diferentes a essa mesma questão: a teoria do ponto de vista, o pós-modernismo feminista e o empirismo feminista. É uma distinção que não se manteve estática e dentro da qual tem sido possível encontrar pontos de convergência.

Como é possível perceber, alguns dos pontos nodais de interseção entre as abordagens epistemológicas em diálogo neste artigo - tanto a Feminista quanto a Epistemologia da Ignorância - partem de incômodos e críticas em relação aos processos de produção do conhecimento científico da forma como vinham sendo trabalhados. Em outras palavras, se fosse possível a existência de uma ciência sem **falhas sistemáticas** no campo teórico-metodológico, talvez a existência dessas abordagens não fizesse sentido. Mas a ciência não existe numa nuvem à parte da sociedade, isolada de seus

mecanismos e contradições. O modelo de ciência que se propõe neutro, objetivo, despidido de interesses, emoções e valores nunca existiu empiricamente, e é em resposta a isso, em última instância, que se estabelecem abordagens como as que tratamos aqui.

Para buscar algumas dessas respostas, como fio condutor da análise, abordarei algumas críticas que as correntes da epistemologia feminista fazem à Ciência Moderna e à razão instrumental; observaremos como essas críticas foram úteis para tornar visíveis processos de produção de ignorância sobre as mulheres (seja enquanto sujeito cognoscente ou como objeto do conhecimento). Muitas dessas críticas são consonantes com aquelas adotadas pela epistemologia decolonial, uma vez que é o mesmo modelo que atacam, ainda que partindo de enfoques distintos.

É importante salientar, contudo, que isso não significa que as epistemologias feministas rejeitem necessariamente a possibilidade de existir qualquer conhecimento objetivo ou científico, como um todo; para Anderson, elas tampouco negam que a ciência seja capaz de buscar verdades genuínas. Seus esforços partem, acima de tudo, de uma tentativa de melhorá-la, evitando viéses sexistas e androcêntricos na investigação científica; e de impedir que a ciência opere reforçando e mantendo hierarquias sociais. Por último, observo que buscar compreender ontologicamente o *feminino* é um processo contínuo e inacabado e não significa, tampouco, prender-se a novas formas de essencialismo: não há evidências de que todas as mulheres pensem da mesma forma ou que pensar de uma maneira “feminina” conduza à verdade (Elisabeth ANDERSON, 2015). Sigamos adiante.

*

No processo de investigação científica, **o que** acreditamos é influenciado por **em quem** acreditamos - e a essa noção de competência e confiabilidade chamamos de **autoridade epistêmica**. Um dos conceitos básicos desenvolvidos pelas epistemologias feministas parte da exploração de como o gênero e outras relações sociais hierárquicas influenciam nas atribuições desse tipo de autoridade (ANDERSON, 2015).

O modelo central de conhecimento proposto pela Ciência Moderna pressupõe implicitamente um sujeito conhecedor que atende a um modelo: emocionalmente desapegado, impessoal, objetivo. Essas características são simbolicamente masculinas e estereotipicamente atribuídas aos homens, e em especial, aos homens brancos. Alie-se isso à representação cultural da masculinidade e da feminilidade, diametralmente opostas e mutuamente exclusivas, e o resultado é que, implicitamente, a **autoridade**

epistêmica é negada às mulheres (ANDERSON, 2015).

É a esse mesmo modelo de referência tomado pela ciência que partem as críticas de Grada Kilomba (2019), atenta às clivagens coloniais e racistas que permeiam as epistemologias dominantes. Ela assinala que o centro acadêmico não é um espaço neutro, mas um espaço em que, historicamente, acadêmicos brancos têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente colocam as pessoas negras e africanas como o/a *Outro/a* inferior, recusando-lhe a autoridade epistêmica e desqualificando-lhes enquanto sujeitos cognoscentes. Os recursos para isso passariam pelo mesmo léxico intimidatório: dominarem uma perspectiva muito “subjetiva”, “pessoal”, “emocional”, “específica”, portanto, acientíficos. Nesse sentido, há uma convergência com o mesmo tipo de desqualificação que a epistemologia feminista tenta apontar por parte dos homens: “Os homens tentam, de forma similar, irracionalizar o pensamento de mulheres, como se as interpretações feministas não fossem nada mais do que fabricação da realidade, de ilusão, talvez até uma alucinação feminina” (KILOMBA, 2019: 55).

Segundo Kilomba, toda a estrutura de validação do conhecimento estaria permeada pelas assimetrias vigentes na sociedade mais ampla. O acesso de certos grupos ao poder estaria fortemente conectado aos recursos que têm para implementar suas próprias vozes, para definir o que é conhecimento válido. Inescapáveis a essas clivagens, mesmo as mulheres brancas estariam sujeitas a irracionalizar o pensamento dos homens e mulheres negros na academia, revela Kilomba (2019). Isso porque raça, gênero e poder não são blocos monolíticos e guardam complexas dinâmicas entre si.

Ademais, é importante salientar que as epistemologias feministas não se preocupam somente com o questionamento desse pensamento binário que atrela cada gênero a um determinado escopo de comportamentos; mas também reconhecem que características tais como intimidade, empatia e diálogo, tipicamente simbolizadas como femininas, também são importantes para a produção de conhecimento e têm seu lugar na ciência (ANDERSON, 2015). É o que também endossa Kilomba (2019:58), reforçando que há uma inadequação do academicismo dominante em relacionar-se não apenas com sujeitos marginalizados, mas também com suas experiências, discursos e teorizações. É necessário que haja “uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas - não há discursos neutros” (KILOMBA,

2019:58).

Práticas distorcidas de poder tais como a negação de autoridade epistêmica caracterizada acima produzem uma **injustiça epistêmica** contra membros de grupos subordinados, minando as suas possibilidades de participar e colaborar na investigação científica, e assim, produzem silenciamentos. Produz-se, então, um modelo de ciência em que apenas alguns participam da investigação, ou quando há uma participação mais ampla, a apenas alguns é dada credibilidade (ANDERSON, 2015).

Injustiça Epistêmica, em termos gerais, diz respeito às formas de tratamento injusto relacionadas ao campo do conhecimento, compreensão e participação em práticas comunicativas. As questões levantadas dizem respeito sobretudo a: Quem tem voz e quem não tem? Essas vozes estão interagindo igualitariamente em termos de agência e poder? Em que termos elas estão sendo comunicadas? Quem está sendo entendido e quem não, e a que custo? Quem está sendo acreditado (KIDD, *et al*, 2017)?

Dentre as consequências possíveis aos sujeitos que são alvo desse tipo de injustiça, podemos destacar: silenciamento, exclusão, representações distorcidas, invisibilidade, inaudibilidade; ter as contribuições ou significados sistematicamente distorcidas, pouco representadas, pouco ouvidas; ter o status, a autoridade ou a agência minados; ser alvo de desconfiança; ser cooptado ou instrumentalizado; ser marginalizado em função de dinâmicas disfuncionais (KIDD *et al*, 2017).

Mas mesmo as epistemologias feministas estão suscetíveis à produção de agnotologias, desembocando em injustiças, caso não seja dada atenção às nuances de seu próprio campo de conhecimento. Um exemplo disso é pensarmos na invisibilização das categorias e intersecções internas à definição de mulher, - produzindo ignorância, por exemplo, sobre as realidades das mulheres negras - e tratando a realidade das mulheres brancas como o universal. Muitas vezes, como veremos adiante, quando a ciência estudou as mulheres e seu corpo, eram apenas categorias específicas, como as mulheres brancas, que eram tomadas como referência.

Mas também há outros caminhos possíveis: Nancy Tuana (2017) aponta as possibilidades emancipatórias de uma epistemologia feminista, ao fornecer ferramentas críticas para a superação das **injustiças epistêmicas**. Um exemplo disso seria o uso da crítica feminista ao **“sujeito de conhecimento”**. Ao fazer isso, ela lança luz sobre **interesses e valores** dominantes que definem as agendas epistêmicas e influenciam fortemente o que (e de que forma) algo contaria como um sujeito apropriado para

discussão e investigação. Também chama a atenção sobre que tipo de sujeito é necessário ser para reconhecido como sujeito cognoscente. Mas a que situações, exatamente, estamos nos referindo? Um exemplo interessante para ilustrar tais críticas é o que a autora desenvolve ao observar a construção do conhecimento sobre o prazer feminino pela ciência, que será detalhado mais adiante.

De uma forma geral, as epistemólogas feministas ligam a ignorância à injustiça epistêmica. Nessa lógica, a injustiça no status de pessoas como inquisidores e conhecedores geraria uma **ignorância sistemática**; haveria uma gama de conhecimentos aos quais a sociedade tem acesso e seriam úteis aos grupos subordinados, mas que devido a esses mecanismos, são esquecidos ou suprimidos, prejudicando os seus interesses (ANDERSON, 2015).

Atentas a essa possibilidade, relembremos que Proctor (2008) argumenta que controvérsias dentro de um campo de conhecimento nem sempre são resultado natural de um conhecimento imperfeito; muitas vezes, são consequência política de interesses em conflito e de apatias estruturais. Controvérsias podem ser construídas, e assim, a ignorância e incerteza podem ser manufaturadas, mantidas e disseminadas. Por isso seria necessário um estudo da construção social da ignorância.

Seguindo nessa direção, Tuana (2008) coloca que é por conta dessa possibilidade de construção ativa e deliberada de ignorância definida por Proctor que ela frequentemente se articula com questões como autoridade cognitiva, dúvida, confiança, silenciamento, incerteza, e assim, tem relações estreitas com **sistemas de opressão**. Segue na mesma linha do argumento desenvolvido por Grada Kilomba (2019). São eixos que se articulam facilmente com a produção de **injustiças epistêmicas** e dilemas que são típicos à crítica epistemológica feminista.

Sobre Prazeres: Ciência e Ignorância Sobre o Corpo da Mulher

Se a ciência moderna historicamente foi dominada pelos homens, a compreensão do **corpo feminino** pela ciência e medicina é um campo fértil para observar as interseções entre poder e conhecimento/ignorância. No artigo *Coming to understand: orgasm and the epistemology of ignorance*, Tuana (2008) analisa a anatomia e o papel do clítoris no prazer sexual das mulheres.

Até o século XIX, acreditava-se que o corpo masculino era a verdadeira forma da

biologia humana, o padrão, ao qual as estruturas femininas - ossos, cérebro, genitália - eram comparadas. A própria palavra vagina é um termo proveniente do latim que significa “bainha”, isto é, um estojo para guardar e proteger um objeto - o falo. Os nomes e funções foram, durante séculos, determinados por anatomistas que se basearam na ideia de complementaridade; uma série de analogias vexatórias, sob o cunho de científicas, teriam sido criadas para embasar essa noção (Pabla Pérez SAN MARTÍN, 2018).

A genitália masculina seria a “forma verdadeira”, em relação à qual a genitália feminina seria uma versão reduzida, invertida, interior. Um espaço vazio, uma espécie de falta, deficiência, ausência de um pênis, em muitas dessas abordagens. O clítoris era percebido, no máximo, como um homólogo diminutivo do pênis - “a parte obscena”. Frequentemente, na literatura médica, o clítoris sequer era indicado nas imagens informativas da genitália. O foco na diferença entre masculino e feminino, quando se trata de construção dos sexos, operou frequentemente como viés, invisibilizando certas semelhanças entre os sistemas - como, por exemplo, o fato de que as mulheres também ejaculam. Ao longo do século XIX, várias interferências cirúrgicas foram realizadas no aparelho reprodutor feminino, como remoção do clítoris, amplamente aceita na época - apontando como motivos histeria, dor de cabeça, desobediência, entre outros. Também foi ampla a campanha de antimasturbação feminina, sob o argumento de que teriam efeitos dos mais adversos sobre as mulheres (Liv STROMQUIST, 2018).

A partir dos anos 1970, com os movimentos pela saúde das mulheres e o recrudescimento de abordagens feministas, as representações padrão sobre a nossa anatomia aos poucos passaram a ser questionadas, e o conhecimento sobre elas, a ser visto também como instrumento de liberação. Assim, obteve-se acesso a um conhecimento anatômico mais detalhado - ainda que até hoje esse conhecimento seja maior e mais minucioso quando se trata da genitália masculina (TUANA, 2008).

Até aqui, pensando na tipificação da ignorância proposta por Proctor (2008), pode-se sugerir o seu aspecto seletivo: isto é, ao fato de que qualquer processo de investigação envolve decisões aparentemente inocentes de direcionar o olhar sobre certos aspectos em detrimento de outros, certos corpos em detrimento de outros, uma vez que não é possível estudar tudo. Lembremos, entretanto, que nenhuma observação é teoricamente neutra; e que nada, nem mesmo a respeito de nossa biologia, está isenta de um filtro interpretativo que lhe dê sentido. Começam a se desenhar, portanto, as

suspeitas de que a produção de ignorância sobre a anatomia e o prazer feminino não se dariam em função de uma seletividade típica a qualquer procedimento científico - e sim de um processo valorativo mais complexo e deliberado.

Em sua pesquisa, Tuana (2008) coloca que ligada à política de sexo e reprodução, haveria uma **política da ignorância** em jogo. Se é que hoje ambas as genitálias são vistas de forma análoga ou homóloga, séculos de teorias científicas e crenças leigas trataram o prazer feminino e masculino de formas diferentes. Houve pouca controvérsia, desde os gregos até o presente, sobre a importância do prazer masculino e da ejaculação para a concepção. Em contraste, a ligação entre o prazer feminino e a fertilidade sempre foi alvo de dissenso. O prazer sexual feminino era considerado não-essencial para a reprodução, ainda que alguns estudiosos admitissem ser útil ao promover o desejo de relação sexual. Subjacente a essa ideia, quando se trata do prazer erótico feminino aliado às políticas do sexo, está a visão de que a única, ou ao menos, a principal função do sexo seria a reprodução (TUANA, 2008).

Adicione-se aí a ideia, frequente no senso comum, de que mulheres seriam mais lascivas do que homens e sua sexualidade seria um perigo a eles. Não seria a primeira vez nem a última em que os cientistas misturariam seus ofícios à tentativa de **controle social**: ao longo do século XX, a teoria evolucionária ligava a homossexualidade à degeneração, enquanto que os movimentos eugenistas temiam a degeneração da mistura racial, só para citar alguns exemplos (TUANA, 2008).

O que essa análise sobre o clítoris traz de importante para a reflexão sobre as pontes entre epistemologia feminista e a construção deliberada de ignorância? O argumento central que Tuana (2008) defende é que a história do **conhecimento e ignorância** sobre o clítoris revela um discurso e uma história de corpos e prazeres que está diretamente ligado à **dinâmica de poder**, em especial, às **assimetrias de gênero**. Ela afirma ainda que há uma normalização da sexualidade que impacta diretamente sobre o prazer feminino - cujo potencial não é totalmente explorado.

A divisão feita pela ciência, quando se trata do corpo feminino, entre genitália interna e externa, seria mais do que arbitrária: a política da reprodução, enquanto central à sexualidade, se circunscreveria explicitamente nesta divisão, se tornando o elemento definidor da genitália feminina. Uma vez que o clítoris e os prazeres orgásticos eram vistos como não essenciais à reprodução, poucos anatomistas viam algum valor em explorá-los. A política do conhecimento-ignorância, nesse sentido, seria marcada por

uma recusa persistente em admitir que a nova visão de que o clítoris se estenderia desde a divisão externa até a interna, dissolvendo a necessidade de dividi-las; para Tuana (2008), há pouco **comprometimento político** em admitir que a teleologia da reprodução estaria contida na do prazer. Seria um exemplo clássico de **interpretação da natureza** pela ciência articulada a decisões estratégicas, **baseadas em valores**. Os valores que concernem às políticas do sexo diferiam de acordo com anatomistas de base feminista ou não-feminista. O que é considerado ou ignorado teria uma relação estreita e complexa, portanto, com valores e políticas.

Tuana acrescenta, ainda, que se prestarmos atenção às teorias evolucionistas sobre o orgasmo feminino, sua existência e função, encontraríamos uma forte relação com **valores familiares**. Não seria por acaso a decisão, por exemplo, de escolher os chimpanzés ao invés dos bonobos como modelo de evolução da sexualidade humana por esses cientistas. Enquanto a primeira espécie desenvolve boa parte de seu comportamento durante o período fértil das fêmeas, estabelecendo uma fácil ponte com o sucesso reprodutivo, a segunda espécie não se atém ao ciclo ovulatório e as relações sexuais também aparecem como forma de criar alianças, diminuir tensões, entre outras funções (TUANA, 2008).

Durante décadas, negou-se que fêmeas primatas experienciavam o orgasmo. O desejo de tornar o orgasmo feminino humano único, segundo a autora, estaria atrelado a uma interpretação segundo a qual a recompensa e motivação para a mulher para manter relações sexuais frequentes - mas apenas com um parceiro - ajudaria a cimentar a ligação entre o casal, assegurar a reprodução, e aumentar a cooperação masculina com a criação de filhos. Tuana coloca que essa visão estava atrelada ao desejo de defender a união heterossexual monogâmica: **uma epistemologia da ignorância a serviço de valores familiares**. Dessa maneira, ainda que a existência do orgasmo feminino não seja negada, ela é cuidadosamente mantida de forma a **evitar romper certos scripts sociais**. Seria produzido um desconhecimento deliberado ao evitar admitir que o sexo tem um papel que transcende as necessidades reprodutivas, e assim, outras funções, como assegurar harmonias sociais e diminuir tensões (TUANA, 2008).

São inúmeros os exemplos de apagamentos de saberes concernentes às mulheres que podemos observar; algumas pistas sobre sua origem podem ser encontradas examinando os períodos anteriores. Na obra *O Retorno Das Bruxas*, Norma Graf argumenta que durante a Idade Média Europeia, aquelas mulheres que se convencionou

chamar de bruxas dominavam um vasto corpo de conhecimentos sobre aborto, fertilidade e sexualidade. Esse corpo de conhecimentos era herdado e transmitido mediante vários ofícios: cozinheiras, curandeiras, parteiras, entre outros. Segundo a autora, proviria daí o sentido de ameaça que as bruxas representavam à sociedade, à igreja e sobretudo à hegemonia masculina. O resultado teria sido o empreendimento da caça às bruxas pela Inquisição, que terminou com a destruição total de parte importante do saber que concernia às mulheres da época (ARZETA, 2008; Norma GRAF, 2008).

Ainda dentro deste universo, em *Calibã e a Bruxa*, Silvia Federici relata o que parece estar nas bases, ou no mínimo em consonância, com essa prática analisada por Tuana - e se deu num período histórico anterior ao relatado por ela. Federici narra o processo de transformação da atividade sexual feminina em um trabalho a serviço dos homens e da procriação. Para isso, teria sido fundamental a repulsa de todas as formas não produtivas, não procriativas da sexualidade feminina. Nesse sentido, em seu argumento, a caça às bruxas teria tido um papel fundamental, condenando a sexualidade feminina como fonte de todo o mal e se tornando veículo para levar a cabo uma ampla reestruturação da vida sexual. Os julgamentos por bruxaria fornecem uma lista informativa das formas de sexualidade que estavam proibidas, que eram “não produtivas”: a homossexualidade, o sexo entre jovens e velhos, o sexo entre pessoas de classes diferentes, o coito anal, o coito por trás, a nudez e as danças. A homossexualidade, que era plenamente aceita em muitas partes da Europa, inclusive durante o Renascimento, foi logo erradicada durante a caça às bruxas. O termo *faggot* - palavra ofensiva na América do Norte para desqualificar os homossexuais - remete ao fato de que os estes eram, às vezes, usados para acender a fogueira onde as bruxas seriam queimadas (FEDERICI, 2017).

Federici também fala sobre o papel que o surgimento da ciência moderna e a visão científica do mundo tiveram na ascensão e queda da caça às bruxas, com a substituição da bruxa e da curandeira popular - mulheres que dotavam de um patrimônio de saber empírico relativo a ervas e curativos, como relatado por Graf (2008) - pela figura do doutor. No argumento da autora, essa perda teria aberto caminho para o surgimento da medicina profissional e assinalando um novo paradigma de visão de mundo, pouco permeável a outras formas de saber (FEDERICI, 2017).

Ainda sobre o tema da reprodução, quando já se delineava a ciência como campo de saber, mais uma peça pode ser adicionada à miríade de negligências. No artigo

Abortivos das Índias Ocidentais e A Produção de Ignorância (tradução nossa), Londa Schiebinger conta que em meio à explosão de conhecimento associada à revolução científica, a seleção de quais plantas e tecnologias os naturalistas transportariam para a Europa foram pautadas por relações de gênero. Neste ínterim, um corpo específico de conhecimentos não foi transferido das Américas: aquele acerca de plantas abortivas. Longe de passar batido na época, o conhecimento sobre tais abortivos foi largamente disseminado entre mulheres indígenas e africanas escravizadas no continente americano, de forma a evitar o nascimento de descendentes que seriam escravizados (Londa SCHIEBINGER, 2008). Percebe-se uma clivagem entre o acesso a esse conhecimento dependendo de que grupo social as mulheres pertencessem, portanto. O que teria induzido essa forma de ignorância cultural por parte dos europeus?

Como a autora explica, embora o aborto não fosse considerado ilegal na Europa até o século XIX, esse conhecimento era desencorajado por uma série de motivos: primeiramente, o fato de que os empreendimentos coloniais eram largamente masculinos, e estes não se interessavam especialmente pelo tema; outro fator é que o controle da fertilidade na época ia contra interesses mercantilistas, que viam vantagens no crescimento populacional - em especial nas colônias, em que as escravas mulheres eram valorizadas como reprodutoras. Há ainda explicações de pano de fundo moral: só para citar um exemplo entre tantos da mesma natureza, há registros de que Humboldt - importante cientista da época, responsável por lançar as bases de ciências como a geografia, geologia, climatologia e geografia - estava ciente não só da existência de tais abortivos, como de que eram seguros; no entanto, o cientista se recusou a transmitir a informação, temendo que aumentasse a “depravação” nas cidades europeias (SCHIEBINGER, 2008).

Em suma, pode-se dizer que mesmo em meio à chamada “explosão de conhecimento” associada à “revolução científica”, muitos desses conhecimentos respondiam a políticas de Estado, padrões de patrocínio e imperativos morais e profissionais. Numa época em que surgia o campo da obstetrícia, conhecimentos reprodutivos que interessavam especialmente às mulheres foram ignorados, nunca chegando a integrar de fato a medicina acadêmica, como é o caso dos abortivos seguros (SCHIEBINGER, 2008).

O que pode-se depreender até aqui é que as consequências da construção de um certo tipo de anatomia, fisiologia e justificação para a sexualidade feminina pode servir,

em muitos sentidos, para o estabelecimento de um **controle social** sobre o corpo feminino, ao restringir nossos comportamentos sexuais em direção a certos valores e interesses; isso para não falar sobre os impactos desse desconhecimento sobre a nossa saúde.

A produção de ignorância científica é cheia de meandros. Tomemos a discussão que foi desenvolvida até aqui: nos referíamos a todas as mulheres - ao menos a todas aquelas que possuem aparelho reprodutor feminino - certo? Pode-se dizer que não. Nem mesmo o critério biológico é suficiente para supor uma experiência comum a todas as mulheres que tenham o mesmo aparato. Primeiro que ao considerar a categoria “mulher” aquelas que possuem aparelho reprodutor feminino, por definição, estamos nos referindo às mulheres cisgênero e deixando de fora as mulheres transgênero. Ainda que optemos por esse caminho e efetuemos a análise apenas sobre a categoria cis, investigando como a ciência estudou seus aparelhos reprodutores, há mais questões que se colocam. Ao nos debruçarmos sobre o desenvolvimento da obstetrícia e da ginecologia em suas origens, iremos perceber sobre quais corpos femininos eram tomadas as referências: somente os brancos. Também ao observarmos o contexto a partir de onde esses estudos eram elaborados, onde esses saberes eram legitimados: o europeu. Não estarmos atentas a isso nos submeteria à produção de outra agnotologia: a que trata a categoria da mulher branca européia como universal e não se dá conta da realidade das mulheres negras aos olhos da ciência. Essa invisibilização, que fique claro, não é um apêndice na história da ciência; é constitutiva dela.

A mesma lógica de construção que identifica o que é ser um homem, define o que é ser mulher; que define o que é ser branco, o faz a partir da identificação e caracterização da negritude. Como coloca Hall (2011), precisamos da diferença para construir significado a partir do diálogo com o “Outro”. Essas categorias não são compartimentáveis, se superpõem, e a partir disso, desenvolvem uma dinâmica própria. Assim, a experiência da mulher negra extrapola a experiência somada das categorias que a compõem, e essa sensibilidade analítica é imprescindível para compreendermos a trama de representações do feminino (Carla AKOTIRENE, 2018). E é disso que trataremos a seguir.

Entre Brancas e Negras: Racismo Científico Circunscrito no Corpo Feminino

As problemáticas acerca do olhar dos cientistas modernos (e aqui me refiro ao gênero masculino, mesmo) sobre o corpo das mulheres não se encerram aí. Se até aqui partimos de um desconhecimento sistemático tendo como base uma clivagem de gênero, é possível suspeitar que esses corpos femininos aqui exemplificados diziam respeito sobretudo a corpos brancos. Qual o olhar da ciência sobre os corpos das mulheres negras? Para investigar essa resposta, tomaremos como ponto de partida um de seus episódios mais contundentes: a história de Sarah (Saartjie) Baartman, a *Venus Negra*.

A história de Sarah se deu entre 1789 e 1815 e é contemporânea às teorias evolucionistas e eugenistas da época, que, a partir do contato de cientistas europeus com povos que lhes eram estranhos, como ameríndios e africanos, tentavam explicar cientificamente a diferença. Nesse contexto, a diferença racial atuou como mola propulsora para contrapor europeus e africanos, redesenhados em *civilizados* e *selvagens*. Procuravam, através dessa lente analítica, atestar cientificamente a superioridade dos primeiros (Amanda BRAGA, 2015). É uma história que começa em outro continente, mas pertence à mesma dinâmica de produção de conhecimento que chegou ao Brasil colonial e escravocrata e nele se instalou, e cujos impactos podem ser sentidos até hoje.

Nascida na atual África do Sul, Sarah Baartman pertencia ao povo Hotentote, de quem herdou algumas das características pelas quais as mulheres de seu povo ficaram conhecidas: uma espécie de “avental frontal”, uma hipertrofia em seus lábios vaginais, assim como a esteatopigia, que é o acúmulo de gordura nas nádegas, que as tornava maiores e mais salientes em relação ao padrão europeu. Assim surge a figura da *Venus Hotentote*, que, conhecida por sua “anormalidade”, era exibida em circos e *freakshows* (os chamados zoológicos humanos, que se disseminaram na época para expor tudo o que fosse considerado “exótico”). Foi na França que, por fim, o interesse por seu corpo se tornou objeto de estudo da ciência (BRAGA, 2015; Anita PEQUENO, 2019).

Em *O Espetáculo do Outro*, Hall (2011) comenta que Sarah Baartman, por meio de seu corpo, se converteu na encarnação da diferença, mas mais do que isso: na forma patologizada da alteridade. Menos do que homem: mulher. Menos do que branca: negra. No espectro civilizatório, o elo entre macacos e homens. Ela seria a prova material da diferença irreversível entre as raças. Menos do que uma pessoa, Baartman, aos olhos da ciência, seria um objeto, fragmentado a suas partes relevantes: os órgãos sexuais. Um

fetichismo, portanto.

O responsável por liderar os estudos sobre o corpo de Baartman foi Georges Cuvier - o cientista que protocolou o termo *raça* na ciência moderna, inaugurando a ideia de que haveriam heranças físicas permanentes entre os diferentes grupos humanos (SCHWARCZ, 1993: 37). Ele teve um papel preponderante em transformá-la no ícone das diferenças sexuais entre brancos e negros, além de cristalizar a imagem da mulher negra como hipersexualizada. Em outras palavras: foi através do corpo de Sarah que nasceu o conceito moderno de *raça*, materializando a teoria racista da época (Janaína DAMASCENO, 2008).

A história de Baartman, portanto, diz respeito a muito mais do que uma pessoa ou episódio. Todo o imaginário criado em decorrência de seu corpo a situa não como indivíduo, mas como exemplar de uma “mulher africana típica”, disseminando e dando um caráter universal ao estereótipo da hipersexualidade da mulher negra:

Assim, a “mulher africana típica” guardava no tamanho dos órgãos sexuais, bem como nas nádegas de 18 polegadas, uma hipersexualidade que evidenciava um corpo cujo apetite sexual é incontrolado, além de uma natureza puramente instintiva. Nessa alteridade, “brancos se constituíam como civilizados, comedidos, inteligentes. Funda-se a representação de que a sexualidade feminina, não calcada no corpo branco, controlado, é em geral patológica” (BRAGA, 2015; DAMASCENO, [2007] 2011 apud BRAGA, 2015).

Aí, é possível traçar um paralelo entre a postura científica sobre o corpo da mulher branca e o da mulher negra. Também data daquele período a afirmação da ginecologia enquanto campo de conhecimento, tendo como base a mulher “normal”, desprovida de desejo sexual e voltada para a maternidade - nos moldes daquele visto no tópico anterior. De acordo com Margareth Rago (2008), era comum na época entre os médicos - muitos deles baseados nas pesquisas de Cuvier - ideias como a de que “a voluptuosidade nas negras constituía-se num grau de lascívia desconhecido no clima europeu, pois seus órgãos sexuais são muito mais desenvolvidos do que os das brancas”. A receptividade sexual era, no argumento corrente, atrelada a uma suposta primitividade da *raça*; também era com frequência comparada à figura da prostituta e da lésbica (Margareth RAGO, 2008; BRAGA, 2015).

A respeito disso, Grada Kilomba coloca que as imagens da mulher negra seriam uma espécie de reservatório dos medos da cultura ocidental. Tanto a figura da “mãe negra” (que nas sociedades escravistas era usada como procriadora e ama de leite) como a

“prostituta negra sexualmente agressiva” representariam funções femininas que uma “sociedade puritana” não pode enfrentar: o corpo, a fertilidade e a sexualidade (KILOMBA, 2019: 142).

Dessa forma, a construção do saber científico no campo da ginecologia não tomava por base os corpos das mulheres negras, uma vez que seriam “anormais” tanto em sua anatomia como em comportamento. Temos aí um entrecruzamento de produções sistemáticas de ignorância científica sobre os corpos das mulheres negras, de maneira ainda mais profunda do que o que vínhamos tratando até aqui, que só tomava em consideração as mulheres brancas. Afinal, haveria também em jogo uma assimetria epistêmica fundamental entre negros e brancos, cuja extensão é bem sintetizada por Mills em seu artigo *Ignorância Branca*:

Se a sociedade é estruturada por relações de subordinação e dominação, então em certas áreas esse aparato conceitual provavelmente será moldado e modulado de várias formas pelos vieses dos grupos dominantes. Agora aplique isso à raça: considere o princípio epistêmico que foi chamado de “normatividade branca”, a centralidade de grupos de referência europeus e euro-americanos como a norma constitutiva. Etnocentrismo é, claro, uma tendência cognitiva negativa comum a todos os povos, não apenas europeus. Mas com o crescimento gradual da Europa na dominação global, a variante europeia se torna arraigada como uma estrutura abrangente (MILLS, 2018).

Tendo essa abrangência em mente, refletiremos agora sobre como, no Brasil, esse processo de desconhecimento estrutural veio a recair sobre os corpos das mulheres.

Sobre Dores: Ignorando a Violência de Gênero no Brasil

Como tantas vezes acontece na história das ideias, o arquétipo da *Vênus Negra* e seus mecanismos de diferenciação atravessam o oceano e chegam ao Brasil. Aspectos de uma versão verde-e-amarela estão espalhados pelos arquivos do período escravocrata: nos relatos dos viajantes, pinturas, anúncios de jornais, documentos históricos (BRAGA, 2015). Percebam, por exemplo, o relato de Gilberto Freyre: “sucodem-se os casos de negros e negras de nádegas arrebitadas, empinadas, salientes. Negros e negras de origem evidentemente hotentote ou bosquímana, que são as populações africanas culatronas por excelência” (FREYRE [1963] 2010 apud BRAGA, 2015).

Se as teorias raciais faziam sucesso na Europa desde o século XIX, elas chegaram

tardamente no Brasil, sendo bem acolhidas nos diversos ambientes científicos que se desenvolviam no país. Aqui, no entanto, mais do que aceitação do modelo estrangeiro, foi preciso adaptá-lo à nossa realidade miscigenada (Lilia SCHWARCZ, 1993:16-17). Mas para dar conta de como a nossa história está entrelaçada a uma construção específica da feminilidade (tanto negra como branca⁵) que persiste até hoje, é preciso observar as próprias características do sistema escravocrata. Além de permeada pela diferenciação racial, a escravidão teria criado papéis sexuais a serem exercidos em nome do bom funcionamento do sistema patriarcal brasileiro (BRAGA, 2015). Como Freyre bem sintetiza, “não há escravidão sem depreciação sexual. É da essência mesma do regime” (FREYRE, 1963).

A colonização foi realizada basicamente por homens. Os europeus vinham solteiros ou sem a família, e também a população escravizada masculina sempre foi maior do que a feminina, ocasionando um desequilíbrio sexual. Essa desproporção, segundo Schwarcz (2019: 190) redundaria em consequências ainda mais violentas. Os escravizados podiam ser comprados, vendidos, leiloados, penhorados, seviciados. O corpo feminino, por sua vez, mais escasso, além de ser considerado produtor de riquezas, servia a seus proprietários como instrumento de gozo e prazer. Em outras palavras, o estupro de mulheres negras era uma prática sistemática durante o período colonial (SCHWARCZ, 2019: 190), em todas as sociedades escravistas (Maria Helena MACHADO, 2018).

Desde os primórdios da escravidão, ainda que o tráfico repusesse a mão-de-obra a baixo custo, os escravistas tinham a preocupação de estimular a reprodução da mulher escravizada. No artigo *Mulher, Corpo e Maternidade*, Maria Helena Machado (2018) detalha o papel dessa mulher na produção de riqueza escravista, que se dava duplamente: tanto através do trabalho como da procriação. Nas palavras da autora, elas centralizavam em seu corpo o próprio *locus* da escravidão.

Uma boa síntese de como essas relações operavam é o provérbio corrente na época: “as brancas são para casar, as pretas para trabalhar e as mulatas para fornicar”. Enquanto as mulheres brancas deveriam permanecer no “recato do lar” e servir a seus maridos, às pretas, pairava a legitimação da violência do estupro, da objetificação de seus corpos. O poder patriarcal que o senhor de engenho acumulava em seus domínios

⁵ Fora estas, há outras categorias internas à figura da mulher que se sobressaem no contexto brasileiro e escapam ao escopo deste artigo: a mulher indígena e a figura da “mulata”, esta última fruto da miscigenação entre a população negra e branca, que traz consigo questões o suficiente para merecer um tópico próprio, ou mesmo, pesquisa própria.

rurais se estendia a amplos territórios, inclusive sobre o corpo feminino. Não só durante essas práticas como posteriormente, na forma como elas foram incorporadas à história oficial, pode-se falar em ignorância ativa: houve uma supressão da violência sexual praticada pelos homens através de uma visão romantizada da mestiçagem - interpretação na qual Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande e Senzala*, seria o maior expoente. Ribeiro coloca que se por um lado, Freyre disseminou a ideia de que haveria uma democracia racial no Brasil, ignorando as hierarquias raciais vigentes com uma falsa ideia de harmonia, por outro, sua obra teria sido muito relevante ao romper com uma tradição que legitimava o racismo científico; até então, as teorias biologizantes do século XIX preconizavam uma suposta inferioridade natural que justificaria a escravidão dos negros nas Américas, exemplificadas na obra de Nina Rodrigues (RIBEIRO, 2019:19). Ainda assim, há uma vasta literatura mencionando o papel da obra do autor na invisibilização da violência sexual perpetrada dentro do engenho (BOSCO, 2017:130; MACHADO, 2018; RIBEIRO, 2018; RIBEIRO, 2019; Lilia SCHWARCZ, 2019).

Será que as mulheres em questão interpretariam de forma tão positiva esses encontros entre senhor e escrava? Quantos relatos ficaram à míngua para que se tornasse possível a construção desse ideário, que serviria de base para a nossa identidade nacional de cordialidade e exaltação da miscigenação?

Mais do que de agnotologia, ao expor esses aspectos da nossa história, fica claro que estamos tratando também de práticas de **injustiça epistêmica**. Remontando às perguntas realizadas no início deste trabalho, há que se indagar - As vozes escutadas na construção dessa “história oficial” interagem igualmente em termos de agência e poder? Quem tem voz e quem não, na construção dessa narrativa? As consequências desse modelo de relações de gênero - e da forma como ele foi contado e legitimado posteriormente, são as que conhecemos: silenciamentos, exclusão, representações distorcidas de uma dada realidade (KIDD, etc al, 2017).

Assim como no exemplo discutido acima, um olhar sobre a história das relações de gênero no Brasil, em especial no que toca ao comportamento sexual, também pode fornecer muitos *insights* sobre mecanismos de produção da ignorância, controle social sobre a mulher e sobre interpretações baseadas em valores específicos. Se hoje podemos falar na existência de uma “cultura do estupro”⁶ (SCHWARCZ, 2019: 190), é

⁶ Lilia Schwarcz explica que o termo “cultura do estupro” foi usado pela primeira vez nos anos 1970 por ativistas de segunda onda do feminismo e chama a atenção para a regularidade desse tipo de violência, que remete não a uma prática isolada, mas a algo que pode ser inserido dentro de um contexto explicativo

possível especificar as bases da banalização do estupro no Brasil, cuja história está vinculada ao projeto colonial. Anderson (2015) coloca que uma forma de produzir agnotologia é através do apagamento de conhecimentos relativos às próprias injustiças sofridas, como é o caso da escravidão e da colonização. **Como essas histórias são contadas?** Quais os reflexos disso?

A realidade do assédio e do estupro não ficaram retidas aos tempos do escravismo e, de acordo com Djamila Ribeiro (2018:118), tem relação direta com ele. A quais mulheres está reservado o lugar de afeto? A quais, o lugar de fetiche? O tema da solidão da mulher negra, que fica à margem da escolha afetiva tanto de homens brancos como negros, é um dos reflexos do racismo sobre a dimensão sexual e afetiva da mulher negra e já se tornou objeto de pesquisas acadêmicas (Claudete ALVES, 2010; Ana Claudia Lemos PACHECO, 2013). O ideário construído sobre a mulher negra segue se repetindo, atravessando séculos: “Mulher negra não é humana, é a quente, a lasciva, a que só serve para sexo e não se apresenta à família. Também é o grupo mais estuprado no Brasil, já que essas construções sobre seus corpos servem para justificar a violência que sofrem” (Djamila RIBEIRO, 2018: 120).

Ainda que tenhamos testemunhado ao longo do século XX uma expansão dos direitos civis ligados às mulheres brancas e negras em direção a uma redução das assimetrias de gênero, o problema persiste sob novas roupagens (SCHWARCZ, 2019). Um exemplo disso é o alto número de feminicídios no país, cuja taxa é de 4,8 para cem mil mulheres - a quinta maior taxa do mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Dentro dessa equação, são as mulheres negras as que se encontram em maior vulnerabilidade.

Outro caso de agnotologia no Brasil, ainda dentro da temática de gênero, parte da inexistência de uma política específica para a violência homofóbica. Segundo estatísticas do Grupo Gay da Bahia (Larissa BORTONI, 2018), o Brasil é o país com maior quantidade de registros de crimes homofóbicos do mundo. No entanto, o registro das mídias e das autoridades governamentais, segundo Schwarcz (2019) consideram a identidade de gênero e a orientação sexual da vítima como fatores não decisivos para explicar a ocorrência de crimes. Dessa forma, são poucos os dados públicos e as fontes confiáveis sob esse recorte. Não divulgar e não mensurar é um modo de **desconhecer**;

mais amplo. A autora chama atenção para o fato de que a cultura do estupro envolve não só o ato, como a negação e o silêncio, individual e coletivo, diante dele.

dessa forma, **produz-se silêncio** sobre a violência pungente que é praticada.

O debate trazido aqui neste tópico, aliás, parece mais atual do que nunca, uma vez que o governo Bolsonaro, de viés autoritário e conservador, tem se apresentado no Brasil a partir da de uma nostalgia dos “bons tempos”, aquele dos valores da “família tradicional e patriarcal”. É possível falar em **mecanismos sistemáticos de produção da ignorância** no que se refere a esse governo? Como veremos nos exemplos a seguir, eu sugeriria que sim.

A segunda década do século XXI tem sido considerada um momento de inflexão de uma onda progressista na América Latina, caracterizada pela erosão da democracia e uma correlação de forças que amplia o espaço de atuação de grupos conservadores religiosos e seus aliados. Flavia Biroli (2020) caracteriza esse fenômeno emergente como neoconservadorismo, que é engendrado por uma aliança entre neoliberais e conservadores e tem como *locus* a família, se expressando numa forte regulação da moralidade sexual - inclusive por vias jurídicas (Flavia BIROLI, 2020).

Entra na cena política brasileira nesse momento uma espécie de histeria sexual e normativa de perfil notadamente conservador, tendo como um de seus mecanismos a propagação de boatos e falácias. Desde os governos anteriores, alguns desses debates vinham emergindo da cena política, como o de que estariam sendo distribuídos “kits gays” nas escolas (o que nunca aconteceu⁷); outro foi a acusação de que projetos de educação de gênero estariam propagando uma “ideologia de gênero” - cujo conceito foi totalmente desfigurado em relação ao original: aqui, em sentido pejorativo, refereria-se a uma suposta doutrinação política “esquerdista” das crianças (SCHWARCZ, 2019: 205-206).

Ainda que esses atores já viessem se delineando nos governos anteriores, desde que foi eleito, Bolsonaro de fato representou uma guinada ao articular essas demandas em nível institucional e tomá-las como prioritárias. O próprio fato do *Ministério dos Direitos Humanos* ter mudado de nome para *Ministério da Mulher, Da Família e dos Direitos Humanos* expressa bem esse deslocamento (Rosana PINHEIRO-MACHADO, 2020). Recentemente, como política pública de combate à gravidez na adolescência, a Ministra Damares, responsável por essa pasta, propôs uma campanha pela abstinência sexual. Ao

⁷ O Kit gay consistiu num apelido pejorativo dado por críticos conservadores acerca do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT (PNPCDH-LGBT), que diz respeito a um conjunto de materiais educativos destinados à prevenção ao bullying homofóbico em escolas. Compunham uma ação educativa do programa Escola Sem Homofobia (ROMANCINI, 2018).

que parece, o critério valorativo estaria se sobressaindo na definição da política, uma vez que há consenso entre os especialistas sobre a ineficácia da estratégia, dada a complexidade do comportamento sexual; é uma medida que ignora, por exemplo, o fato de que esta parcela de jovens é a que sofre mais estupros no país (BETIM, 2020).

É importante se deter sobre este ministério, visto que ao longo do primeiro ano de governo, as sucessivas medidas de Damares frequentemente foram entendidas como “cortina de fumaça”, como uma tentativa de distrair a oposição com temas polêmicos. De acordo com o antropólogo Lucas Bulgarelli, tem se tornado cada vez mais claro, no entanto, que não há uma distinção entre pautas morais e econômicas, uma vez que elas são co-dependentes em seu projeto de ataque ao Estado de bem-estar social, aos direitos sociais e ao papel do estado em determinados assuntos. Nesse sentido, a atuação de Damares funcionaria como nó que articularia a implementação de um projeto moral de sociedade e de nação (PINHEIRO-MACHADO, 2020).

Enquanto escrevo essas linhas, parece ainda mais distante a possibilidade de romper os ciclos herdados dos tempos coloniais; os projetos políticos referentes à superação das desigualdades de gênero e à população LGBTQI⁸ têm se alterado para pior. O governo se manifestou publicamente contra a inclusão de tais pautas nas escolas e nas políticas de estado, procurando solapar tudo o que se relacione a esses temas. Não por acaso, uma vez que são minorias que se encontram fora das normas e padrões da “família tradicional”, tão mitificadas por esses atores políticos. Schwarcz (2019: 206), em relação a isso, foi categórica: “a história mostra que quanto mais autoritários são os regimes políticos, maiores são as tendências a intensificar o controle das sexualidades, dos corpos e da própria diversidade”.

Considerações Finais

A história costuma ser definida como uma disciplina com grande capacidade de “lembrar”. Poucos se “lembram”, porém, do quanto ela é capaz de “esquecer”. Há ainda quem caracterize a história como uma ciência da mudança no tempo. Quase ninguém destaca, no entanto, a sua genuína potencialidade para reiterar e repetir (SCHWARCZ, 2019:

⁸ Sigla para Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queers e intersex. Tomados como um conjunto, em linhas gerais, pode-se dizer que a sigla diz respeito a sujeitos que atravessam a fronteira tradicional do gênero e das sexualidades, constituindo assim identidades dissidentes (FERNANDES, 2019).

223).

Na era do amplo acesso à informação e da comunicação, questões sobre desinformação e produção de ignorância continuam mais atuais do que nunca. Mesmo que o conhecimento seja “acessível”, não quer dizer que ele seja acessado. Surgem novas problemáticas, como é o caso da proliferação deliberada de *fake news* que foram decisivas nas últimas eleições, e das discussões acerca de se estaríamos vivendo a era da pós-verdade⁹. A postura antiintelectual e obscurantista do novo governo também pode ser considerada uma **forma ativa de produção de ignorância**; os mecanismos para tanto vão muito além de suas declarações descabidas sobre o assunto, e se manifesta na contenção de disciplinas de conteúdo crítico como a sociologia e a filosofia, para não falar no desmonte das universidades públicas (CUNHA, 2019). Aliás, se há algo que fornece pano pras mangas para a análise agnotológica, são as táticas utilizadas pelo governo Bolsonaro. O seu exemplo mais recente desta prática é a insistência em defender o uso de Cloroquina para o tratamento de COVID-19 na população, cuja eficácia não foi comprovada cientificamente. As estratégias utilizadas pelo presidente e seus seguidores para relativizar os resultados científicos e a ciência como um todo (LEMOS, 2020), aliás, mereceriam um artigo à parte .

Nada, portanto, mais atual do que a observação de Proctor (2008), que ressalta que tecnologias podem ser bastante úteis na proliferação de ignorância - o que explica o fato de que em meio à **explosão de informação**, ironicamente, pode haver uma **explosão de ignorância** também. Não há apenas a ignorância ruim: há também tipos de ignorância que podem ser considerados desejáveis, segundo Proctor. O autor relembra que protestos contra novas tecnologias e práticas de conhecimento frequentemente caíam sob a rúbrica de “ludismo”- no entanto, raramente eles seriam resultado de pessoas temendo a modernidade num sentido abstrato. Um dilema mais do que atual.

Se conhecimento é poder, segundo o autor, então dismantelar certos tipos de poder pode ser necessário para reintroduzir novos corpos de conhecimento. A história é cheia de desfazer, faz-se possível também o abandono deliberado de habilidades para melhorar algum modo de vida (PROCTOR, 2008). Nesse sentido, ele reconhece também a produção de ignorância não somente em seu sentido negativo, mas enquanto

⁹ Desde 2016, tem-se usado recorrentemente o termo pós-verdade para caracterizar o nosso período. De acordo com o dicionário Oxford, a palavra “se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e crenças pessoais”. Em outros termos, se refere ao momento em que a verdade já não é tão importante ou relevante (BUCCI, 2020).

possibilidade de emancipação. É importante refletir sobre esse outro sentido para pensarmos a problemática além do binarismo que associa automaticamente o conhecimento como algo positivo e a ignorância como negativa, quando a realidade é muito mais complexa. Enfatizo que há muitos caminhos possíveis e que é preciso estar atenta aos vários mecanismos de produção de conhecimento e ignorância em jogo antes de traçar novas rotas.

Neste momento, produzir conhecimento no Brasil é encontrar-se face a uma situação bastante desconfortável, com contornos de um aparente paradoxo. Há tanto o que questionar na ciência. Há tantas dores e violências causadas e legitimadas por ela. Vínhamos de um exercício, que atravessou décadas, de questionar o **saber científico** na forma como vinha sendo realizado: um modelo com inúmeras falhas sistemáticas que desembocavam na produção de ignorâncias sobre tudo o que representasse “alteridade”¹⁰. No entanto, enquanto testemunhamos crescentes cortes de verbas destinadas à pesquisa científica (Beatriz JUCÁ, 2019) e ao ressurgimento do terraplanismo em pleno século XXI - só para citar um dos exemplos mais icônicos de retomada do obscurantismo - nos vemos diante da urgente necessidade de defesa da ciência. Mas que ciência? Que autoridade poderíamos reivindicar sem para isso reproduzir o modelo antigo? É preciso reconhecer a sua necessidade sem abrir mão do processo de desconstrução e crítica que é interno à ciência, mas que não a invalida enquanto saber. É preciso estar atentas aos deslocamentos que o debate vem sofrendo se quisermos delinear que direções são possíveis.

*

Por fim, retomo ao ponto inicial: ser mulher, sentir-se mulher, conhecer-se. Ainda que a ontologia não seja redutível à epistemologia - seria uma falácia epistêmica acreditar nisso - nos apropriarmos do conhecimento que é produzido sobre nós é mais do que um compromisso epistemológico, é, de alguma forma, apropriar-se de quem somos. Nosso corpo, nossos prazeres e dores, as relações que construímos no decorrer de toda a vida, as violências que estamos suscetíveis a sofrer - tudo isso, abstrato que pareça, é revestido de realidade e nos atravessa.

¹⁰ Aqui, finalmente entre aspas, uma vez que viemos questionando o padrão normativo ao qual essa alteridade precisa se contrapor para ser definida como tal.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **O que É Interseccionalidade?** Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando, 2018.
- ALVES, Claudete. **Virou regra?**. São Paulo: Scortecci Editora, 2010.
- ANDERSON, Elizabeth. "Feminist Epistemology and Philosophy of Science". In **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Edward N. Zalta (ed.). 2015. Disponível em <https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/feminism-epistemology/>. Acesso em 03/08/2019.
- ARZETA, Mireille Campos. El retorno de las brujas. **Archipiélago**, n. 62, p. 24-26, 2008.
- BETIM, Felipe. Foco na abstinência sexual para combater gravidez precoce ignora que meninas são as mais estupradas. **El País** [online]. Publicado em 31/01/2020. Acesso em 05/03/2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-31/foco-na-abstinencia-sexual-para-combater-gravidez-precoce-ignora-que-meninas-sao-as-mais-estupradas.html>.
- BIROLI, Flavia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina**. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BITANTE FERNANDES, Luís Antonio. Corpos que falam: Biopolítica e saúde LGBTQI. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 3983-3993, out. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n3p3983>>. Acesso em: 23 set. 2020. doi:<https://doi.org/10.5007/1984-8412.2019v16n3p3983>.
- BLAZQUEZ GRAF, Norma; FLORES PALACIOS, Fátima; RÍOS EVERARDO, Maribel. **Investigación feminista: Epistemología, metodología y representaciones sociales**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2010.
- BLAZQUEZ GRAF, Norma. **El retorno de las brujas**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2008.
- BORTONI, Larissa. Brasil É o País Onde Mais Se Assassina Homossexuais no Mundo. **Radio Senado** [online]. Brasília. Publicado em 16/05/2018. Acesso em 05/03/2020. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>
- BRAGA, Amanda Batista. **História da Beleza Negra no Brasil: Discursos, Corpos e Práticas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2015.
- BUCCI, E. Pós-política e corrosão da verdade. **Revista USP**, [S. l.], n. 116, p. 19-30, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146574>. Acesso em: 4 out. 2020.
- CUNHA, Diogo. Anti-intelectualismo, culto da ignorância e autoritarismo: Bolsonaro e o ataque às universidades federais. **Carta Maior** [online]. Publicado em 02/05/2019. Visitado em 28/07/2019. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Anti-intelectualismo-culto-da-ignorancia-e-autoritarismo-Bolsonaro-e-o-ataque-as-universidades-federais-/4/44011>
- DA COSTA, Jonatas Maia; KIPNIS, Bernardo. O debate epistemológico na formação do pesquisador da educação: reflexões a partir de alguns epistemólogos modernos. **Educação em Perspectiva**, v. 5, n. 1, 2014.
- DA SILVA, A. L. S.; FERREIRA, M.; SILVA FILHO, O. L. DA; PEREIRA, S. M.; DE MOURA, P. R. G. Epistemologias científicas do século XX: análise a partir da concepção de alunos de cursos de ciências. **Revista do Professor de Física**, v. 2, n. 3, p. 14-30, 25 nov. 2018.
- DAMASCENO, Janaína. O corpo do outro: construções raciais e imagens de controle do

corpo feminino negro: o caso da Vênus hotentote. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 8., 25 a 28/08/2008, Florianópolis, 2008.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FREYRE, Gilberto [1933]. **Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto [1963]. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado**. 4ed. São Paulo: Global, 2010 apud BRAGA, Amanda Batista. **História da Beleza Negra no Brasil: Discursos, Corpos e Práticas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2015.

HAMLIN, Cynthia. O Que É Epistemologia Feminista? **Que Cazzo** [online]. 2007. Visitado em 28/07/2019. Disponível em http://www.quecazzo.blogspot.com/2009/06/realismo-feminismo-e-negatividade-na_30.html

HALL, Stuart. El espectáculo del “otro”, el trabajo de la representación. In **Sin garantías: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. IEP, Instituto Pensar, PU Javeriana, UASB: Envió editores, 2011.

HARDING, Sandra. **The Science Question in Feminism**. Ithaca: Cornell University Press. 1986.

JUCÁ, Beatriz. Cortes de Verbas Desmontam Ciência Brasileira e Restringem Pesquisa a Mais Ricos. **El País** [online]. Publicado em 09/09/2019. Visitado em 02/04/2020. Disponível em

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/03/politica/1567542296_718545.html.

KIDD, James; MEDINA, José; POHLHAUS, Gaile. Introduction. In KIDD et. al (eds). **The Routledge Handbook of Epistemic Injustice**. Londres: Routledge, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEMONS, Vinicius. O que a ciência diz sobre a eficácia de tratamentos citados por Bolsonaro ao revelar que está com Covid-19. **BBC News** [online]. Publicado em 07/07/2020. Visitado em 04/08/2020. Disponível em

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-53327708>.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Mulher, Corpo e Maternidade**. In GOMES, Flavio; SCHWARCZ, Lília [org]. **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MILLS, Charles W. Ignorância Branca. Tradução de Breno Ricardo Guimarães Santos. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa/ Bahia. V. 17, n. 1, p. 413-438, junho de 2018.

NICKLES, Thomas. Historicist Theories of Scientific Rationality. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2020 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Visitado em 20/09/2020. Disponível em:

<<https://plato.stanford.edu/archives/spr2020/entries/rationality-historicist/>>.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: Edufba, 2013.

PEQUENO, Anita Maria S. História Sociopolítica do Cabelo Crespo. **Revista Z Cultural** (UFRJ), V. 01, P. 01-13, 2019. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/08/HIST%C3%93RIA-SOCIOPOL%C3%8DTICA-DO-CABELO-CRESPO-%E2%80%93-Revista-Z-Cultural.pdf>>

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Entrevista: Damares e Guedes são parte do mesmo projeto político. **The Intercept Brasil** [online]. Publicado em 01/09/2020. Acesso em 23/09/2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/09/01/entrevista-lucas-bulgarelli-damare-guedes-conservadorismo/>

- POHLHAUS, Gaile. Varieties of Epistemic Injustice. In: Kidd *et al.* (eds) **The Routledge Handbook of Epistemic Injustice**. Londres: Routledge, 2017.
- PROCTOR, Robert. Agnotology: A missing term to describe the cultural production of ignorance. In PROCTOR, Robert; SCHIEBINGER, Londa (orgs). **Agnotology: The Making and Unmaking of Ignorance**. Stanford: Stanford University Press, 2008.
- SCHIEBINGER, Londa. West Indian Abortifacients and the making of Ignorance. In PROCTOR, Robert; SCHIEBINGER, Londa (orgs). **Agnotology: The Making and Unmaking of Ignorance**. Stanford: Stanford University Press, 2008.
- RAGO, Margareth. O Corpo exótico, espetáculo da diferença. **Labrys, études féministes/ estudos feministas**, Brasília, n.13, jan/jun. 2008. Disponível em <https://www.labrys.net.br/labrys13/perspectivas/marga.htm>. Visitado em: 12 de fevereiro de 2020.
- SAN MARTÍN, Pabla Pérez. **Manual de introdução à ginecologia natural**. Ginecosofia Ediciones, 2015. 3ª ed. 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- STRÖMQUIST, Liv. **A Origem do Mundo: Uma História Cultural da Vagina ou A Vulva vs O Patriarcado**. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ROMANCINI, Richard. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Educação”: A Reação Conservadora no Brasil. **Contracampo**, v. 7, n. 2, 2018.
- TUANA, Nancy. Coming to understand: Orgasm and the epistemology of ignorance. In PROCTOR, Robert; SCHIEBINGER, Londa (orgs). **Agnotology: The Making and Unmaking of Ignorance**. Stanford: Stanford University Press, 2008.
- TUANA, Nancy. Feminist Epistemology: The Subject of Knowledge. In KIDD, James; MEDINA, José; POHLHAUS, Gaile (eds). **The Routledge Handbook of Epistemic Injustice**. Londres: Routledge, 2017.

Recebido: 05 Ago 2020

Aceito: 04 Nov 2020